

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

NFE Power Brasil Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente	1
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
NFE Power Brasil Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NFE Power Brasil Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidado, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil

Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do investimento em controlada em conjunto

Conforme mencionado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento em 50% das ações da controlada em conjunto Celsepar Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (“Celsepar”). Em 31 de dezembro de 2021, a Celsepar é a investida mais relevante da Companhia, cujo investimento corresponde a 58% do total de seus ativos.

Considerando que a Celsepar é uma controlada em conjunto, esse investimento é registrado pelo método de equivalência patrimonial. Devido à relevância dos valores envolvidos, consideramos esse tema como o principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) atualização do entendimento e avaliação do ambiente de controles internos sobre os processos de mensuração de investimentos da Companhia; (ii) procedimentos de auditoria completa para as contas significativas da Celsepar, considerando nosso Erro Tolerável - ET alocado para essa controlada em conjunto com o objetivo de assegurar a adequada mensuração da equivalência patrimonial do exercício; (iii) realização de recálculo aritmético da equivalência patrimonial; e (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do investimento na Celsepar, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os julgamentos e estimativas adotados para a mensuração do investimento, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil

Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

NFE Power Brasil Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2021	2020	2021	2020	
Ativo					
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	69.691	26.423	7.622	12.715
Contas a receber		2.658	31	-	2
Contas a receber - parte relacionada	6.a	50	581	64.946	-
Estoque		2.815	-	-	-
Adiantamentos e despesas antecipadas		5.444	505	71	-
Tributos a recuperar	7	7.797	3.294	480	156
Ativo financeiro derivativo	15	8.148	-	8.148	-
Total do ativo circulante		96.603	30.834	81.267	12.873
Ativos não circulantes					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber - parte relacionada	6.a	-	1.297	1.450	1.297
Empréstimos	5	5.179	4.892	5.179	4.892
Mútuos com parte relacionada	6.b	11.687	10.516	11.687	10.516
Depósitos de cauções		292	215	-	-
Tributos a recuperar	7	5.325	1.466	-	-
Impostos diferidos		1.398	-	-	-
Investimentos	8	495.586	682.569	755.592	740.712
Imobilizado	9	500.798	49.143	-	-
Intangível	10	42.365	5.073	5.071	5.071
Total do ativo não circulante		1.062.630	755.171	778.979	762.488
Total do ativo		1.159.233	786.005	860.246	775.361
Passivo					
Passivos circulantes					
Proventos e encargos a pagar		3.057	1.356	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	13	104.092	2.277	509	22
Fornecedores e outras contas a pagar - parte relacionada	6.c	134	54	2	-
Arrendamento	16	1.196	-	-	-
Debêntures	14	68.824	53.602	68.824	53.602
Tributos a recolher	11	7.403	1.935	26	42
Passivo financeiro derivativo	15	-	353	-	353
Total do passivo circulante		184.706	59.577	69.361	54.019
Não circulante					
Debêntures	14	166.292	228.370	166.292	228.370
Arrendamento	16	34.928	-	-	-
Mútuos com partes relacionadas	6.d	157.626	15.139	16.257	15.139
Passivo financeiro derivativo	15	20.372	1.688	20.372	1.688
Passivo a descoberto - investimentos em coligadas	8.b	-	555	623	555
Total do passivo não circulante		379.218	245.752	203.544	245.752
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	1.118.584	726.133	1.118.584	726.133
Custo na captação de recursos	17.b	(4.316)	(2.836)	(4.316)	(2.836)
Prejuízos acumulados		(503.536)	(230.853)	(503.536)	(230.853)
Transação de capital com acionista	17.c	(28.415)	(25.477)	(28.415)	(25.477)
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.e	5.024	8.623	5.024	8.623
Subtotal de patrimônio líquido		587.341	475.590	587.341	475.590
Participação de acionistas não controladores	17.d	7.968	5.086	-	-
Total do patrimônio líquido		595.309	480.676	587.341	475.590
Total do passivo e patrimônio líquido		1.159.233	786.005	860.246	775.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	18	50.233	278.113	-	-
Custo dos serviços	19	(28.195)	(189.073)	-	-
Lucro bruto		22.038	89.040	-	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais	20	(93.476)	(46.663)	(4.627)	(5.025)
Participação de equivalência patrimonial	8	(174.419)	(175.942)	(237.584)	(174.169)
Baixa de investimento	8.c	-	-	-	(323)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(245.857)	(133.565)	(242.211)	(179.517)
Despesas financeiras	21	(75.131)	(59.840)	(71.887)	(24.427)
Receitas financeiras	21	42.399	11.521	41.415	10.950
Resultado financeiro		(32.732)	(48.319)	(30.472)	(13.477)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(278.589)	(181.884)	(272.683)	(192.994)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(4.444)	(25.840)	-	-
imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	12.289	-	-
Prejuízo do exercício		(283.033)	(195.435)	(272.683)	(192.994)
Atribuível aos acionistas não controladores		(10.350)	(2.441)	-	-
Atribuível aos acionistas controladores		(272.683)	(192.994)	(272.683)	(192.994)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(283.033)	(195.435)	(272.683)	(192.994)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultado abrangentes do exercício	(283.033)	(195.435)	(272.683)	(192.994)
Acionistas controladores	(272.683)	(192.994)	(272.683)	(192.994)
Acionistas não controladores	(10.350)	(2.441)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital social									
	Subscrito	A integralizar	Custo de captação	Prejuízos acumulados	Transação de capital com acionista	Adiantamentos para futuros aumento de capital	Subtotal	Participação de não controladores	Total
Saldos 1º de janeiro de 2020	736.133	(10.000)	(2.800)	(37.859)	(22.322)	-	663.152	4.369	667.521
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	-	-	8.623	8.623	-	8.623
Custo de captação de capital	-	-	(33)	-	-	-	(33)	-	(33)
Variações patrimoniais (nota 17.C)	-	-	(3)	-	(3.155)	-	(3.158)	-	(3.158)
Aquisição participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	3.158	3.158
Prejuízo do exercício	-	-	-	(192.994)	-	-	(192.994)	(2.441)	(195.435)
Saldos 31 de dezembro de 2020	736.133	(10.000)	(2.836)	(230.853)	(25.477)	8.623	475.590	5.086	480.676
Aumento de capital	392.451	-	-	-	-	(3.599)	388.852	-	388.852
Custo de captação de capital	-	-	(1.480)	-	-	-	(1.480)	3	(1.477)
Variações patrimoniais (nota 17.C)	-	-	-	-	(2.938)	-	-	-	(2.938)
Aquisição participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	2.938	2.938
Assunção controle	-	-	-	-	-	-	-	10.291	10.291
Prejuízo do exercício	-	-	-	(272.683)	-	-	(272.683)	(10.350)	(283.033)
Saldos 31 de dezembro de 2021	1.128.584	(10.000)	(4.316)	(503.536)	(28.415)	5.024	587.341	7.968	595.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(283.033)	(195.435)	(272.683)	(192.994)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:					
Depreciação	9	2.433	669	-	-
Amortização	10	935	98	-	-
Participação de equivalência patrimonial	8	174.419	175.941	237.584	174.169
Perdas cambiais em atividades operacionais não realizadas	21	1.190	3.909	1.118	3.909
Perdas a ajuste a valor a mercado MTM	15	11.351	29.815	11.351	(5.959)
Imposto de renda e contribuição social	12	4.444	13.346	-	-
Juros sobre debentures	14	17.407	16.283	17.407	16.283
Custo de transação apropriado de debentures	14	1.186	1.370	1.186	1.370
	5 e 6	(1.058)	(1.876)	(1.058)	(1.876)
Receita de juros financiamento	b				
Juros s/ contratos arrendamento	16	291	-	-	-
Alienação imobilizado, intangível	9	123	83	-	2.323
Alienação de investimento	8	10.509	-	-	-
Baixa de recebível		-	124	-	-
Transações relativo a não controladores	17.d	10.291	-	-	-
		(49.512)	44.327	(5.095)	(2.775)
Variações no capital circulante					
Contas a receber de clientes		(2.627)	180	2	(1)
Contas a receber de clientes - parte relacionada		1.828	2.346	(65.099)	(84)
Estoques		(2.815)	91	-	-
Adiantamentos e despesas antecipadas		(4.939)	(256)	(71)	12
Tributos a recuperar		(8.362)	(2.829)	(324)	240
PIS e COFINS diferidos		(1.398)	(99)	-	-
Depósitos e cauções		(77)	(50)	-	-
Proventos e encargos a pagar		1.701	560	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar		79.097	(1.179)	487	(1.978)
Fornecedores e outras contas a pagar - parte relacionada		80	1	2	(1)
Arrendamentos	16	(6.009)	-	-	-
Tributos a recolher		5.520	309	(17)	13
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações					
		61.999	(926)	(65.020)	(1.799)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.496)	(25.591)	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais					
		7.991	17.810	(70.115)	(4.574)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento dividendos		-	-	-	40.826
Aumento de capital em controlada em conjunto	8	-	(11.165)	(255.336)	(74.490)
Aquisição de imobilizado	9	(425.112)	(43.109)	-	-
Empréstimos concedidos	6	(400)	(15.180)	(400)	(15.180)
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos		-	1.993	-	1.993
Recebimento de empréstimos concedidos		-	49.574	-	49.574
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimento					
		(425.512)	(17.887)	(255.736)	2.723

NFE Power Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes dos acionistas	17	388.852	8.623	388.852	8.623
Recursos provenientes de empréstimos obtidos	6.d	140.031	-	-	22.131
Pagamentos empréstimos		-	-	-	(22.131)
Pagamento de debêntures	14	(51.005)	(18.900)	(51.005)	(18.900)
Pagamento de juros	14	(14.444)	(18.918)	(14.444)	(18.918)
Recebimento derivativos	15	-	8.000	-	8.000
Liquidação derivativos	15	(1.168)	-	(1.168)	-
Custo de captação de capital pagos	17.b	(1.477)	(33)	(1.477)	(33)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		460.789	(21.228)	320.758	(21.228)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		43.268	(21.305)	(5.093)	(23.079)
No início do exercício		26.423	47.728	12.715	35.794
No final do exercício		69.691	26.423	7.622	12.715
Variação do caixa e equivalentes de caixa		43.268	(21.305)	(5.093)	(23.079)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A NFE Power Brasil Participações S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Golar Power Brasil Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 28 de janeiro de 2016.

A Companhia tem por objetivo social: participar, como sócia ou acionista, do capital de outras companhias ou empreendimento.

Por meio de participações em outras companhias, pretende atuar no segmento de geração de energia termelétrica, com a utilização de gás natural como combustível para operação das turbinas geradoras, bem como a operação de terminais de importação de gás natural liquefeito.

Em março de 2021, foi aprovado o contrato de compra de 50% das Centrais Elétricas São Marcos pela Golar Power Maranhão Participações S.A, passando a deter 100% da empresa.

Em abril de 2021 foi formalizado com o respectivo pagamento a compra pela Golar Power de todas as ações pertencentes à Evolution Power Partners, OAK e BEP referentes às empresas Celba, Celba 2 e Golar Power Brasil 2 Participações. Portanto, o grupo Golar Power agora detém 100% das ações da Celba e Celba 2 e 100% das ações da Golar Power Brasil 2 Participações.

Em abril de 2021 houve mudança no controle acionário do Grupo Golar Power. Os antigos acionistas Golar LNG Limited e Stonepeak Infrastructure Fund II Cayman (G) Ltd e venderam 100% das ações que detinham para o grupo Norte Americano New Fortress Energy. O pagamento da transação se deu parte em dinheiro e parte com ações da New Fortress Energy. A partir da aquisição pela New Fortress Energy, a Companhia passou a se denominar "NFE Brasil Participações S.A."

Ao longo do ano o projeto Small Scale da subsidiária a NFE Power Distribuidora de Gás Natural Ltda continuou em expansão com o desenvolvimento de novos contratos para entrega de unidades de regaseificação tais como Ciser, Petrobahia, Gastech, Copergás Petrolina e Copergás Garunhuns

Em outubro de 2021 a subsidiária NFE Power Latam Participações e Comércio Ltda iniciou a construção do Terminal de GNL em sua filial em São Francisco do Sul, em Santa Catarina, cuja previsão de conclusão é agosto de 2022

Em novembro de 2021 foi revista a metodologia de captação de recursos com a matriz do grupo, gastos relacionados a aquisição e construção de CAPEX terão os recursos disponibilizados através de empréstimos com a empresa do grupo NFE Brazil Funding LP.

Para o ano de 2022 a Companhia tem como expectativa a conclusão de construção do Terminal de GNL em Barcarena, no estado do Pará, através da subsidiária Celba 2, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2022, bem como iniciar a construção da termelétrica UTE Novo Tempo Barcarena com capacidade de geração de 600 MW.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade aos negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

Em 29 de abril de 2022, a diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- Acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado de cada componente de outros resultados abrangentes é atribuído aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

	País sede	Percentual de participação	
		2021	2020
NFE Power Latam Participações e Comercio Ltda	Brasil	92,03%	87,63%
Terminal Gás Sul Ltda - TGS (1)	Brasil	92,03%	87,62%
NFE Power Latam Serviços Marítimos (1)	Brasil	92,03%	87,62%
NFE Power Maranhão Participações S/A	Brasil	99,99%	99,99%
NFE Power SSLNG Participações Ltda (1)	Brasil	92,03%	87,61%
NFE Power Distribuidora de Gás Natural Ltda (2)	Brasil	92,02%	87,60%
NFE Power Comercializadora de Gás Natural Ltda (2)	Brasil	92,02%	87,60%
NFE Power Brasil 2 Participações S/A	Brasil	50,00%	-
Celba – Centrais Elétricas Barcarena S/A (1)	Brasil	46,02%	-
Celba 2 – Centrais Elétricas Barcarena S/A	Brasil	50,42%	-
Cebarra - Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S/A (4)	Brasil	37,50%	-
Centrais Elétricas São Marcos S/A (3)	Brasil	99,99%	-
Golar Power México (1)	México	8,08%	8,08%

(1) As empresas são controladas da investida NFE Power Latam Participações e comércio Ltda, o qual a Companhia detém o controle de 92,03%.

(2) As empresas são controladas da investida SSLNG Participações Ltda, o qual a Companhia detém o controle de 92,02%.

(3) As empresas são controladas da investida NFE Power Maranhão, o qual a Companhia detém o controle de 99,99%.

(4) As empresas são controladas da investida NFE Power Brasil 2, o qual a Companhia detém o controle de 50,00%.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.3. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A Administração da Companhia e das controladas se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço da Companhia e de suas controladas, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível

Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de impairment conforme requerido pelo CPC 01.

Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia e suas controladas adotam como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo não reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. Tendo como premissa o desconhecimento, até a data da publicação desta demonstração, por parte Administração e pelos advogados que representação a Companhia a existência qualquer processo efetuado contra o grupo e/ou a Companhia.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

A mensuração do valor justo dos contratos de swap é calculada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de *credit default swaps* ou preços atuais de títulos negociados.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Impactos COVID

O surto de Covid-19 foi relatado pela primeira vez no final de 2019 em Wuhan, China. Desde então, o vírus se espalhou pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 uma pandemia, a qual afetou significativamente a economia global.

Apesar dos efeitos globais, o surto de Covid-19 não afetou as operações da Companhia, a qual continuou seus investimentos na construção de terminais no Brasil e operação no ramo de Small Scale. Desde julho de 2020, os escritórios da Companhia foram reabertos tomando os devidos cuidados sanitários para evitar a propagação do vírus.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos e das características dos fluxos de caixa determinado de cada contrato, assim como o modelo de negócios exercido pela Companhia para a gestão e reavaliação destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo com variações reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Esses títulos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para negociação e mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros possuem sua classificação descrita como ao valor justo por meio do resultado. Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimo de partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Passivos financeiros ao custo amortizado

Especificamente o mútuo, após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são levados ao resultado quando os passivos são baixados, assim como a amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização é incluída como despesa financeira na demonstração de resultado. Nesta categoria encontramos na Companhia a sua aplicação relacionada a empréstimos financeiros contraídos e sujeitos a juros.

O mútuo que a Companhia possui não apresenta amortização e não prevê, em seu contrato, taxa de juros.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Investimentos em empreendimento controlado em conjunto

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

O investimento da Companhia em empreendimento controlado em conjunto é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Investimentos em empreendimento controlado em conjunto--Continuação

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento controlado em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido do empreendimento controlado em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais do empreendimento controlado em conjunto. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio do empreendimento controlado em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e o empreendimento controlado em conjunto são eliminados em proporção à participação no empreendimento controlado em conjunto.

As demonstrações financeiras do empreendimento controlado em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação das demonstrações financeiras da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia e Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia no investimento controlado em conjunto. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento no empreendimento controlado em conjunto sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento controlado em conjunto e o seu respectivo valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de investimento", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o empreendimento controlado em conjunto, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil do investimento, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado

Instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Equipamento comunicação: 5 anos
- Equipamento de tecnologia: 5 anos;
- Isotâncas: 10 anos;
- Reservatórias de água: 10 anos;
- Unidade de regás: 20 anos;
- Benfeitorias: 22 meses (Vigência de contrato).

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

3.6. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As despesas gerais e administrativas são registradas no resultado quando incorridas.

3.7. Tributação

- (a) Tributos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável, as provisões dos tributos correntes, refletem quando aplicável, as incertezas relacionadas a sua apuração.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Tributação--Continuação

A Companhia adota o regime de variação cambial caixa para tributação do imposto de renda e contribuição social.

- (b) Tributos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, seu registro, quando aplicável refletem as incertezas sobre o tributo sobre o lucro

Tendo em vista que a Administração da Companhia não possui expectativa de lucros tributáveis futuros no curto prazo não foi constituído a provisão do imposto diferido sobre prejuízo fiscal.

3.8. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas à aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "Resultado financeiro".

A Companhia avaliou se os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo estão sujeitos à avaliação a valor presente, e considerando a imaterialidade conclui que não há ativos e passivos que devam ser ajustados a valor presente.

3.9. Receita de contrato com cliente

A Companhia está no ramo de distribuição de gás natural liquefeito e de serviços de apoio marítimo e apoio offshore. O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Receita de contrato com cliente--Continuação

As receitas da Companhia são oriundas de vendas GNL e da prestação de serviços de apoio marítimo. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável

3.10. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Grupo como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Arrendamentos--Continuação

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.4.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Arrendamentos--Continuação

Grupo como arrendador

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	2	2	-	-
Bancos	4.649	4.930	87	88
Aplicações financeiras	65.040	21.491	7.535	12.627
Total	69.691	26.423	7.622	12.715

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e possuem resgate imediato de curto prazo e são utilizadas para gestão do caixa operacional da Companhia.

5. Empréstimos a receber

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Concessão de empréstimos	Juros incorridos	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Concessão de empréstimos	Juros incorridos	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Alliance Gnlog Transportes Ltda	-	4.780	112	4.892	-	287	5.179
Total	-	4.780	112	4.892	-	287	5.179

A Companhia possui empréstimo com a Alliance Gnlog Transportes Ltda. a fim de financiar o projeto de caminhões movidos a GNL no Brasil. O empréstimo é atualizado com taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

6. Transações com partes relacionadas

Os principais ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e suas controladas.

a) Contas a receber

Os principais ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 relativos a operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Transações com partes relacionadas - Continuação

a) Contas a receber - Continuação

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Centrais Elétricas de Barcarena - Celba (1)	-	581	-	-
Centrais Elétricas de Barcarena – Celba 2 (2)	-	-	64.946	-
CH4 Energia Ltda (3)	50	-	-	-
Total circulante	50	581	64.946	-
NFE Power Brasil 2 Participações S.A (4)	-	1.297	1.450	1.297
Total não circulante	-	1.297	1.450	1.297
Total	50	1.878	66.396	1.297

- (1) A controladora NFE Latam efetua pagamentos de despesas operacionais da coligada Celba e espera ser reembolsada em até um ano, razão esta que classifica como recebíveis no ativo circulante.
- (2) A Companhia possui contas a receber da controlada Celba 2, e neste momento a mesma pretende liquidar este saldo ainda no primeiro semestre de 2022.
- (3) A Companhia efetuou pagamentos de despesas operacionais da CH4 Energia referente às despesas operacionais do projeto Suape.
- (4) A Companhia efetua pagamentos de despesas operacionais da NFE Brasil 2 e espera ser reembolsada assim que houver a abertura da conta bancária da coligada, razão esta que classifica o recebível no ativo não circulante. Em 2021, esta investida passou a ser consolidada pela Companhia

b) Mútuos a receber - parte relacionada

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Concessão de empréstimos	Juros incorridos	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Concessão de empréstimos	Juros incorridos	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Celsepar – Centrais Elétricas Sergipe (1)	-	10.400	116	10.516	400	771	11.687
Total	-	10.400	116	10.516	400	771	11.687

- (1) Refere- a empréstimo concedido a investida no valor de R\$ 10.800 atualizados pelos juros diários por meio da taxa CDI.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Transações com partes relacionadas - Continuação

c) Contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Golar Serviços de Operação de Embarcação	99	13	-	-
NFE Power Brasil 2 Participações S.A.	-	6	-	-
NFE Power Latam Participações e Comércio Ltda.	-	-	1	-
Ebrasil Energia Ltda	35	35	-	-
NFE Power Distribuidora de Gas Natural Ltda	-	-	1	-
Total	134	54	2	-

d) Mútuos a pagar parte relacionada

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Golar LNG Power Limited (1)	16.257	15.139	16.257	15.139
NFE Brazil Funding LP (2)	141.369	-	-	-
Total	157.626	15.139	16.257	15.139

- (1) Refere-se a dívida com LNG Power Limited no valor de USD 2.913.000 (dois milhões, novecentos e treze mil dólares americanos), não incide qualquer tipo de taxa de juros, sendo corrigido, apenas pela variação cambial. O vencimento do empréstimo se deu em 19 de julho de 2019 e a Companhia está em negociação com a sócia credora para capitalizar o financiamento, com estimava de concluir a operação em 2022.
- (2) As controladas possuem empréstimos formalizados através de contratos com a NFE Brazil Funding LP com a finalidade de fornecer os fundos necessários para que desenvolvam seus projetos de infraestrutura no Brasil. Com isso, a cada valor emprestado, incidirá uma taxa anual de juros de 12% sobre o valor principal, com o vencimento em 20 anos a partir da data da nota promissória.

Segue abaixo a movimentação do financiamento com a NFE Brazil Funding LP

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
(+) Aquisição Financiamento	140.031	-
(+) Provisão de juros	1.338	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	141.369	-
Curto prazo	-	-
Longo prazo	141.369	-
Total	141.369	-

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

Os valores que compõem o saldo dos impostos e contribuições a recuperar estão descritos abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Tributos federais (1)	6.019	3.276	480	156
Tributos estaduais (2)	1.777	18	-	-
Tributos municipais	1	-	-	-
Total circulante	7.797	3.294	480	156
Tributos federais (3)	5.325	1.466	-	-
Total não circulante	5.325	1.466	-	-
Total	13.122	4.760	480	156

- (1) Os valores alocados são créditos de ICMS sobre as compras de GNL para revenda pela sua investida NFE Power Distribuidora, além do crédito de ICMS sobre as operações de compra e transferências de mercadorias e equipamentos entre as filiais de sua investida.
- (2) Os valores alocados são créditos de PIS e COFINS sobre as operações compra de GNL para revenda pela sua investida NFE Power Distribuidora.
- (3) Os valores alocados como tributos a recuperar no longo prazo referem ao INSS retido nas faturas da investida NFE Power Serviços Marítimos a qual o valor da retenção é superior ao valor do INSS devido pela empresa. A NFE Power Serviços Marítimos possui processo de restituição do INSS com a receita federal.

8. Investimentos

Consolidado

2021	Controlada em Conjunto Celsepar
Participação	50%
Patrimônio líquido	991.172
Prejuízo do exercício	(348.840)
Valor Investimento	495.586
Equivalência Patrimonial	(174.418)

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos - Continuação

2020	Controladas em conjunto				Total Investimento Ativo	Coligada Passivo a descoberto	
	Celsepar	Celba 2	Celba	São Marcos		NFE Brasil 2	Total
Participação	50%	49,50%	50%	50%		50%	
Patrimônio líquido	1.340.012	11.866	103.362	19	1.455.259	(1.111)	1.454.148
Ágio	-	-	1.500	-	1.500	-	1.500
Prejuízo do exercício	(347.944)	(134)	(3.084)	(590)	(351.752)	(132)	(351.884)
Valor Investimento	670.005	5874	6.681	9	682.569	(555)	682.014
Equivalência Patrimonial	(173.973)	(66)	(1.542)	(296)	(75.877)	(64)	(175.941)

Movimentação do investimento

	Saldo em 31/12/19	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Saldo em 31/12/20	Equivalência patrimonial	Realocação ágio (2)	Alienação investimento (1)	Saldo em 31/12/21
Controladas em conjunto								
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	842.578	(173.973)	1.400	670.005	(174.419)	-	-	495.586
Celba 2 – Centrais Elétricas Barcarena	-	(66)	5.940	5.874	-	-	(5.874)	-
Celba – Centrais Elétricas Barcarena	4.398	(1.542)	3.825	6.681	-	(1.500)	(5.181)	-
Centrais Termelétricas São Marcos	305	(296)	-	9	-	-	(9)	-
Total	847.281	(175.877)	11.165	682.569	(174.419)	(1.500)	(11.064)	495.586

Coligada com passivo a descoberto	Saldo em 31/12/19	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/20	Alienação investimento (1)	Saldo em 31/12/21
NFE Power Brasil 2 Participações S.A.	(490)	(65)	(555)	555	-
Total	(490)	(65)	(555)	555	-

(1) O investimento foi alienado pela assunção de controle indireto das investidas Celba, Celba 2 e Brasil 2 devido a aquisição por parte da Matriz da Companhia "Hygo" das parcelas das ações das subsidiárias em poder de terceiros. Tal acontecimento fez com que a companhia adotasse a política consolidação destas investidas em 2021, para tanto o saldo de investimento foram baixados contra o capital e prejuízo acumulado das subsidiárias no processo de consolidação.

(2) Com o processo de consolidação da investida (Celba) o Ágio sobre aquisição da mesma foi reclassificado para o grupo de intangível.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado - Consolidado

Descrição	Taxa de depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Depreciação	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adição	Adição via assunção de controle	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Máquinas e equipamentos	10%	6	52	(5)	-	53	140	-	(50)	(4)	(10)	129
Instalações	10%	-	145	(2)	-	143	5	-	-	18	(17)	149
Móveis e utensílios	10%	99	77	(17)	(1)	158	268	25	-	(56)	(16)	379
Equipamentos de tecnologia	10%	265	433	(108)	(20)	570	1.006	-	(18)	118	(286)	1.390
Equipamentos de comunicação	20%	90	-	(23)	-	67	545	-	-	(66)	(89)	457
Benfeitorias	55%	176	31	(51)	-	156	3	-	-	168	(235)	92
Maquetes	10%	11	10	(2)	-	19	-	-	-	-	(3)	16
Reservatórios de água	10%	-	-	-	-	-	45	-	-	-	(2)	43
Isotânque	10%	5.990	19.416	(461)	-	24.945	1.205	-	-	-	(1.673)	24.477
Semi reboque porta container	10%	-	-	-	-	-	563	-	-	-	(42)	521
Unidade de regás	5%	-	-	-	-	-	-	-	-	1.438	(60)	1.378
Imobilizado não ativado	-	-	-	-	-	-	11.100	-	-	-	-	11.100
Imobilizado em andamento	-	-	16.604	-	-	16.604	353.315	12.458	(4)	(183)	-	382.190
Adiantamento para aquisição imobilizado	-	87	6.341	-	-	6.428	73.533	-	(51)	(1.433)	-	78.477
	-	6.724	43.109	(669)	(21)	49.143	441.728	12.483	(123)	-	(2.433)	500.798

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

A composição do intangível é demonstrada abaixo:

Descrição	Taxa de depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Depreciação	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adição	Adição via assunção controle	Depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Direito de uso - Terreno (1)	-	5.071	-	-	5.071	-	-	-	5.071
Direito de uso - CPC 06 (2)	-	-	-	-	-	36.727	-	(934)	35.793
Goodwill (3)_ Software	- 10%	- 162	- (98)	- (62)	- 2	- -	1.500 -	- (1)	1.500 1
		5.233	(98)	(62)	5.073	36.727	1.500	(935)	42.365

- (1) Refere-se ao direito de uso de terreno adquirido em 28 de setembro de 2016 CODISE (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Sergipe) para construção de futura térmica. De acordo com o Decreto nº 29.935 - Governo de Sergipe, de 30/12/2014, que rege a operação de concessão de terrenos para empresas interessadas em desenvolver alguma atividade econômica em Sergipe, a escritura definitiva do imóvel, apenas, será concedida após a quitação do pagamento, conclusão de obra e início das atividades, devidamente atestadas pela CODISE. Portanto, o intangível não possui vida útil definida. Atualmente aquisição se encontra quitada, porém a Companhia está no aguardo de novos leilões para construção de termoeletrica para iniciar a construção do projeto e futura transferência para investida Cebarra.
- (2) Refere-se ao direito de uso para o escritório da matriz da companhia no Rio de Janeiro e direito de uso de terreno para construção de termoeletrica no estado do Pará. Para maiores informações, vide nota 16.
- (3) Refere-se ao Goodwill na aquisição de investida Celba a qual passou a ser consolidada a partir de 04/2021.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Passivos circulantes				
CSLL	197	210	-	-
IRPJ	667	706	-	-
PIS e COFINS	12	7	9	7
Impostos retidos	792	156	17	27
Impostos s/ folha	1.656	779	-	-
Impostos estaduais	3.750	-	-	-
Outros impostos	329	77	-	8
Total	7.403	1.935	26	42

12. Imposto de renda e contribuição social

O valor apurado para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) refere-se a investida NFE Power Latam Serviços Marítimos, a qual é tributada pelo lucro presumido conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	Controladora
IRPJ/CSLL a pagar em 31 de dezembro de 2019	703	-
IRPJ/CSLL devida	25.840	-
(-) IRPJ/CSLL recolhida	(25.591)	-
(-) Baixa	(36)	-
IRPJ/CSLL a pagar em 31 de dezembro de 2020	916	-
IRPJ/CSLL devida	4.444	-
(-) IRPJ/CSLL recolhida	(4.496)	-
IRPJ/CSLL a pagar em 31 de dezembro de 2021	864	-

Tributos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Contratos futuros MTM	-	(35.274)	-	-
Prestação serviços CELSE	-	(872)	-	-
Base Diferido	-	(36.146)	-	-
IRPJ	-	(9.036)	-	-
CSLL	-	(3.253)	-	-
IR e CS Diferido	-	(12.289)	-	-

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos--Continuação

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e valores no resultado está demonstrada a seguir:

Controladora

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(272.683)	(192.994)
Alíquota nominal	34%	34%
	92.712	65.618
Efeito das (adições) exclusões ao lucro contábil		
Equivalência patrimonial	(80.779)	6.032
Outras adições/exclusões líquidas	(3.928)	(63.878)
Provisão perda prejuízo fiscal	(8.005)	(7.772)
IRPJ e CSLL à alíquota efetiva	-	-
Alíquota efetiva	-	-

A companhia não reconhece o imposto diferido ativo não por possuir histórico de lucro tributável.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e contas a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	80.431	-	285	-
Contas a pagar	345	2.274	-	22
Provisões	23.316	3	224	-
Total	104.092	2.277	509	22

O aumento significativo em fornecedores e provisões refere-se à contratação de material e serviço para construção dos terminais de GNL nas investidas Celba 2 e NFE Power Latam.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

Em setembro de 2019, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures, não conversíveis, para gerar caixa e financiar o projeto de construção da Usina termoeletrica de Sergipe de sua investida Celse. As debêntures são atualizadas mensalmente através da taxa CDI mais spread 2,65% a.a. Abaixo segue a composição da dívida:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	302.137	302.137
Curto prazo	23.953	23.953
Longo prazo	278.184	278.184
Total	302.137	302.137
(-) Quitação de juros	(18.918)	(18.918)
(+) Provisão de juros	16.283	16.283
(-) Quitação dívida	(18.900)	(18.900)
(+) Amortização custo debêntures	1.370	1.370
Saldo em 31 de dezembro de 2020	281.972	281.972
Curto prazo	53.602	53.602
Longo prazo	228.370	228.370
Total	281.972	281.972
(-) Quitação de juros	(14.444)	(14.444)
(+) Provisão de juros	17.407	17.407
(-) Quitação dívida	(51.005)	(51.005)
(+) Amortização custo debêntures	1.186	1.186
Saldo em 31 de dezembro de 2021	235.116	235.116
Curto prazo	68.824	68.824
Longo prazo	166.292	166.292
Total	235.116	235.116

	<u>Debêntures</u>	<u>Juros debêntures</u>	<u>Custo de transação apropriado</u>	<u>Total</u>
Curto prazo	62.995	6.751	(922)	68.824
Longo prazo	167.100	-	(808)	166.292
Total	230.095	6.751	(1.730)	235.116

A quitação da dívida mais encargos é feita semestralmente até setembro de 2024, tendo carência de 1 ano para primeiro pagamento. Segue abaixo a demonstração da dívida por vencimento:

	<u>Debêntures</u>	<u>Juros debêntures</u>	<u>Custo de transação apropriado</u>
2022	62.995	6.751	(922)
2023	76.500	-	(598)
2024	90.600	-	(210)
Total	230.095	6.751	(1.730)

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Derivativos sobre debêntures

Ao longo do terceiro trimestre de 2020, a Companhia contratou operações de Swap com Banco Itaú para proteção dos fluxos de pagamentos futuros de juros das Debêntures, devido as oscilações do CDI. Esses instrumentos são mensurados pelo valor justo em contrapartida resultado. O Swap contratado alterou a dívida de CDI + spread 2.5%a.a. para Dólar + spread de 5,90% anuais, com previsão de liquidação dos derivativos conforme abaixo:

	MTM Ativo financeiro derivativo	MTM Passivo financeiro derivativo	MTM NFE
2022	85.834	77.686	(8.148)
2023	82.644	86.268	3.624
2024	77.030	93.778	16.748
Curto prazo	85.834	77.686	(8.148)
Longo prazo	159.674	180.046	20.372
Total	245.508	257.732	12.224

Na emissão do SWAP, a Companhia recebeu prêmio de 8.000, o qual foi reconhecido no passivo da Companhia junto a rubrica de Swap. O valor faz parte integrante do derivativo registrado e valorado pelo valor justo conforme o derivativo

2019	Prêmio	Valorização valor Juros	2020	Liquidação Swap	Valorização valor Juros	2021
-	8.000	(5.959)	2.041	(1.168)	11.351	12.224
-	8.000	(5.959)	2.041	(1.168)	11.351	12.224

16. Arrendamentos

A Companhia entende que os seguintes contratos são passíveis de aplicação do CPC 06.

Escritório RJ da subsidiária NFE Power Latam Participações e Comércio Ltda – O contrato tem como premissa o aluguel do escritório do Rio de Janeiro, com vigência até 31 de março de 2026, com prestações mensais de R\$ 137. A Companhia adotou o fluxo de pagamentos com taxa de desconto 5,90%.

Doca Portuária Celba 2 – O contrato tem como premissa o arrendamento do espaço para construção do terminal portuário da subsidiária Celba 2, com vigência até 30 de dezembro de 2045, com prestações mensais de R\$ 439 A companhia adotou o fluxo de pagamentos com taxa de desconto 17,40%.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Arrendamentos - Continuação

Ativo

Abaixo é demonstrado a movimentação dos arrendamentos:

	NFE Power Latam	Celba 2	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	-	-	
Adições	6.077	30.650	36.727
(-) Amortização	(876)	(58)	(934)
Saldo em 31 de dezembro 2021	5.201	30.592	35.793

Passivo

	Escritório Latam	Escritório Celba 2	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	-	-	
Adições	6.077	30.650	36.727
Juros do período	291	5.115	5.406
(-) Contraprestações pagas	(739)	(5.270)	(6.009)
Saldo em 31 de dezembro 2021	5.629	30.495	36.124
Passivo circulante	1.068	128	1.196
Passivo não circulante	4.561	30.367	34.928

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e custo de captação

17.a. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$1.128.584, está representado por 1.128.584 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O controle acionário da Companhia é detido 100% pela LNG Power Limited, desde 14 de outubro de 2016.

	Consolidado				Controladora			
	2021		2020		2021		2020	
	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais
Capital social								
Saldo em 1º de janeiro	726.133	726.133	726.133	726.133	726.133	726.133	726.133	726.133
Integralização de capital	392.451	392.451	-	-	392.451	392.451	-	-
Saldo em 31 de dezembro	1.118.584	1.118.584	726.133	726.133	1.118.584	1.118.584	726.133	726.133
	2021		2020		2021		2020	
Composição societária	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais
Ações integralizadas	1.118.584	1.118.584	726.133	726.133	1.118.584	1.118.584	726.133	726.133
Ações a integralizar	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Total ações subscritas	1.128.584	1.128.584	736.133	736.133	1.128.584	1.128.584	736.133	736.133

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e custo de captação--Continuação

17.b. Custo de captação

Refere-se ao valor do custo de captação para emissão de novas cotas do capital social, representado exclusivamente pelo pagamento do IOF sobre cambio da remessa do sócio estrangeiro:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
IOF	(4.316)	(2.836)	(4.316)	(2.836)
Total	(4.316)	(2.836)	(4.316)	(2.836)

Além do custo de captação da própria Companhia, cujo valor pago em 2020 foi R\$ 33, a Companhia reconheceu R\$ 3 relativos ao custo de capital na investida NFE Power Latam. Em 2021, o valor pago de custo de captação da própria Companhia foi de R\$ 1.480.

17.c. Transações de capital com acionista

Referem-se ao registro da participação nas investidas. O valor relativo ao aumento da participação sobre prejuízos acumulado das companhias é registrado nesta rubrica. Segue abaixo quadro ilustrativo

	2019	Varição	2020	Varição	2021
NFE Power Latam Serviços Marítimos	(22.322)	(3.154)	(25.476)	(2.936)	(28.412)
NFE Power Maranhão Participações S/A	-	(1)	(1)	-	(1)
NFE Power SSLNG Participações S/A	-	-	-	(2)	(2)
Total	(22.322)	(3.155)	(25.477)	(2.938)	(28.415)

	Prejuízo Acumulado	% Participação		Variação Investimento
		2021	2020	
NFE Power Latam Serviços Marítimos	(66.691)	92,03%	87,62%	(2.936)
NFE Power Maranhão Participações S/A	(26.409)	99,99%	99,98%	(2)
Total	(93.100)			(2.938)

	Prejuízo Acumulado	% Participação		Variação Investimento
		2020	2019	
NFE Power Latam Serviços Marítimos	(46.931)	87,62%	80,91%	(3.154)
NFE Power Maranhão Participações S/A	(915)	99,99%	99,98%	(1)
Total	(47.846)	-	-	(3.155)

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e custo de captação--Continuação

17.d. Participação minoritária

A participação minoritária é representada pela LNG Power Limited e Hygo, demonstrada a seguir, considerado apenas para investidas cuja participação seja maior que R\$ 1 (um mil reais):

	NFE Power SSLNG	NFE Power Latam	Celba	Celba2	NFE Power Brasil 2	Cebarra	Total
Capital social	10	13.344	8.919	5.940	1	3	28.217
(-) Capital a Integralizar	(10)	-	-	-			(10)
(-) Custo captação capital	-	(4)	-	-			(4)
(+/-) Lucros / prejuízos acumulados	(6)	(10.381)	(4.618)	(4.371)	(624)	(235)	(20.235)
Total	(6)	2.959	4.301	1.569	(623)	(232)	7.968

	2020	Aquisição Controle	Assunção Controle (1)	Custo Captação	Resultado (2)	2021
NFE Power SSLNG	(4)	2			(4)	(6)
NFE Power Latam	5.090	2.936		3	(5.070)	2.959
Celba	-	-	5.181		(880)	4.301
Celba 2	-	-	5.874		(4.305)	1.569
NFE Power Brasil 2	-	-	(555)		(68)	(623)
Cebarra	-	-	(209)		(23)	(232)
Total	5.086	2.938	10.291	3	(10.350)	7.968

(1) Assunção controle refere-se à aquisição indireta de controle das investidas Celba, Celba 2, Brasil 2 devido a aquisição por parte da Matriz da Companhia "Hygo" das parcelas das ações das subsidiárias em poder de terceiros. Tal acontecimento fez com que a companhia adotasse a política consolidação destas investidas em 2021, e registrou o saldo de abertura relativo a parcela dos minoritários (Hygo) no seu processo de consolidação. A subsidiária Cebarra foi incluída no controle por ser investimento consolidado da empresa NFE Power Brasil 2

(2) Refere-se a parcela do resultado do ano calendário pertencente aos acionistas minoritários

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e custo de captação - Continuação

17.e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital é representada pela LNG Power Limited, e demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
LNG Power Limited	5.024	8.623	-	-
Total	5.024	8.623	-	-

18. Receitas operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as receitas são provenientes das investidas NFE Power Serviços Marítimos Ltda e NFE Power Distribuidora de Gás Natural Ltda.e são demonstradas abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receita com comercialização de energia elétrica (2)	-	263.267	-	-
Receita da operação Small Scale (1)	16.665	2.662	-	-
Receita com prestação de serviços marítimos (3)	40.191	40.744	-	-
Dedução dos Impostos sobre receita operacional	(6.623)	(28.560)	-	-
Total	50.233	278.113	-	-

- (1) Receita da investida NFE Power Distribuidora que contempla comercialização de GNL/GN, locação de isotanques e prestação de serviços de assistência, sendo sua composição majoritária a venda de gás no valor de R\$ 12.067.
- (2) Receita com comercialização de energia elétrica é referente a ex investida Mercúrio Comercializadora de Energia Ltda.
- (3) Receita da investida NFE Power Serviços Marítimos com prestação de serviços de apoio marítimo, atendendo às demandas do navio Nannok, responsável por abastecer a térmica da Celse em Sergipe.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos de serviço

Segue a composição do custo segregada pela natureza:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Compra de energia elétrica para revenda (1)	-	(171.825)	-	-
Ajuste de preço (1)	-	(2.292)	-	-
Custos dos produtos vendidos	(8.704)	(1.910)	-	-
Custos com pessoal	(7.818)	(8.121)	-	-
Custos com material de consumo e suprimentos	(2.157)	(990)	-	-
Custos com fretes	(5.114)	(214)	-	-
Custos com depreciação	(1.776)	(469)	-	-
Custos com locação de equipamentos	(566)	(3)	-	-
Custos com serviços de consultoria e assessoria	(1.209)	(2.826)	-	-
Outros custos da operação	(851)	(423)	-	-
Total	(28.195)	(189.073)	-	-

(1) Custos com comercialização de energia elétrica é referente a ex investida Mercúrio Comercializadora de Energia Ltda.

20. Despesas por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Outras despesas operacionais, líquidas	(12.148)	(24.149)	(374)	(1.085)
Despesas com pessoal (1)	(52.628)	(13.554)	-	-
Depreciação e amortização	(1.537)	(299)	-	-
Impostos e taxas	(1.839)	(2.126)	(73)	(863)
Serviços advocatícios (2)	(8.358)	(2.975)	(1.011)	(707)
Honorários contábeis	(2.262)	(1.201)	(317)	(136)
Honorários de auditoria	(752)	(2.289)	(752)	(2.234)
Demais serviços prestados e consultorias	(13.951)	(70)	(2.098)	-
Total	(93.476)	(46.663)	(4.627)	(5.025)

(1) O aumento na variação refere-se ao pagamento de bônus aos funcionários e aumento no quadro de funcionários

(2) Contratação de serviços jurídicos para viabilização dos projetos da Companhia em andamento.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Consolidada		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	415	567	61	198
Varição cambial ativa	2.569	2.472	2.207	2.483
Receita de juros	1.058	1.961	1.058	1.877
Receita de bonificações	-	433	-	433
Descontos obtidos	9	4	-	-
Receita de juros selic	269	125	10	-
Ganhos marcação a mercado - MTM	38.079	5.959	38.079	5.959
	42.399	11.521	41.415	10.950
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(53)	(15)	(17)	(1)
Varição cambial passiva	(3.759)	(6.381)	(3.325)	(6.381)
Encargos sobre pagamentos em atraso	(1.011)	(66)	(202)	(4)
Outras despesas financeiras	(2.221)	(344)	(263)	(339)
Descontos concedidos	(7)	(48)	-	-
Despesas de juros financiamento	(18.650)	(17.712)	(18.650)	(17.702)
Perdas marcação a mercado - MTM	(49.430)	(35.274)	(49.430)	-
	(75.131)	(59.840)	(71.887)	(24.427)
Resultado financeiro líquido	(32.732)	(48.319)	(30.472)	(13.477)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	69.691	69.691	-	26.423	26.423
Contas a receber	2.658	-	2.658	31	-	31
Mútuos a receber	11.687	-	11.687	15.408	-	15.408
Empréstimos	5.179	-	5.179	-	-	-
Ativo financeiro derivativo	-	8.148	8.148	-	-	-
	19.524	77.839	97.363	15.439	26.423	41.862
	Controladora					
	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.622	7.622	-	12.715	12.715
Contas a receber	-	-	-	2	-	2
Mútuos a receber	11.687	-	11.687	15.408	-	15.408
Empréstimos	5.179	-	5.179	-	-	-
Ativo financeiro derivativo	-	8.148	8.148	-	-	-
	16.866	15.770	32.636	15.410	12.715	28.125

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	104.226	-	104.226	2.331	-	2.331
Debêntures	235.116	-	235.116	281.972	-	281.972
Passivo financeiro derivativo	-	12.224	12.224	-	2.041	2.041
Mútuos a pagar	157.626	-	157.626	15.139	-	15.139
Arrendamentos	36.124	-	36.124	-	-	-
	533.092	12.224	545.316	299.442	2.041	301.483

	Controladora					
	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	509	-	509	22	-	22
Debêntures	235.116	-	235.116	281.972	-	281.972
Swap Debentures	-	12.224	12.224	-	2.041	2.041
Mútuos a pagar	16.257	-	16.257	15.139	-	15.139
	251.882	12.224	264.106	297.133	2.041	299.174

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e bancos: Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Mútuos a receber: São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Mútuos a pagar: São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2021 e 2020.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- (a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- (b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente. Abaixo, seguem os instrumentos financeiros operados pela Companhia com nível 2:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	69.691	26.423
Swap sobre debentures – Valor ativo	(12.224)	(2.041)

- (c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 e 3 em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades, contas a receber e os mútuos a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores dos mútuos registrados a receber é minimizado uma vez que não há o histórico de não pagamento em operações intragrupo.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto às partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

e) Derivativos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O instrumento financeiro derivativo é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contratos de compras futura de energia	-	(35.274)
Swap sobre derivativo (nota 15)	<u>(11.351)</u>	<u>5.959</u>
Ganho e perda líquida em contratos futuros de energia	(11.351)	(29.315)

Análise de sensibilidade

A Companhia possui Swap sobre suas debentures, a variação do CDI poderá causar efeito na demonstração financeira. Um aumento no CDI irá causar um ganho no resultado, assim como sua redução irá originar uma perda. Abaixo demonstramos o efeito monetário desta variação:

	<u>Efeito no resultado</u>
Varição de 15% do CDI	5.009
Varição de 25% do CDI	8.326

NFE Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Transações sem efeito de caixa

Conforme CPC 03, foram expurgados da elaboração da demonstração do fluxo de caixa as transações sem efeito caixa conforme demonstrado abaixo

	Investimento	Investimento Passivo a descoberto	Imobilizado	Intangível
Variação 2021/2020	186.983	(555)	(451.655)	(37.292)
Depreciações e Amortizações	-	-	(2.433)	(935)
Alienação imobilizado	-	-	(123)	-
Realocação Ágio investimento	(1.500)	-	-	1.500
Equivalência Patrimonial	(174.419)	-	-	-
Alienação investimento	(11.064)	555	-	-
Fornecedores não pagos	-	-	22.646	-
Aquisição Direito de Uso	-	-	-	36.727
Juros s/ financiamento intercompany	-	-	1.338	-
Juros s/ arrendamento	-	-	5.115	-
Informação fluxo de caixa 2021	-	-	(425.112)	-

24. Eventos subsequentes

Em março de 2022 a Companhia liquidou o seu mútuo com a subsidiária NFE Power Brasil 2, através do protocolo da ata com a aprovação da capitalização de Mútuo de R\$ 1.450.141,27 na subsidiária NFE Power Brasil 2

Em março de 2022 o grupo NFE iniciou processo de reestruturação das suas empresas, com a transferência das ações da subsidiária "Celsepar", para LNG Power Limited, este se deu através do protocolo a ata de redução de capital da Companhia em R\$ 491.108.888,66 correspondente ao cancelamento de 642.558.763 ações, a devolução destas quotas ao socio LNG Power Limited se deu através da transferência da participação da subsidiária "Celsepar".